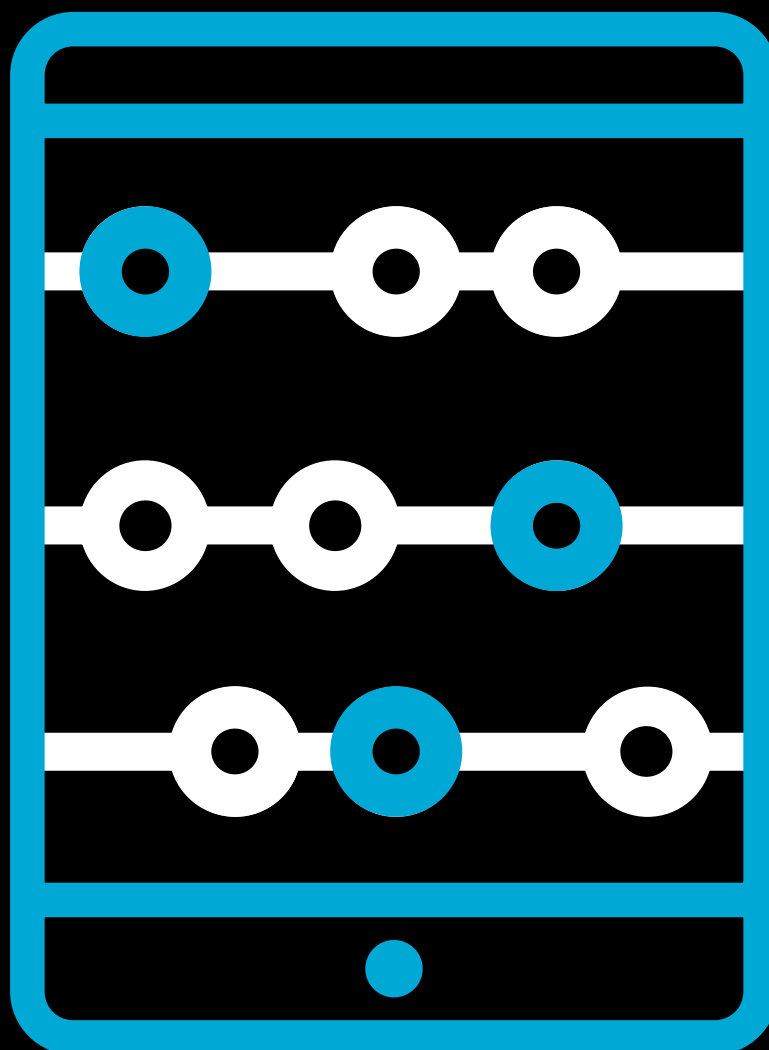
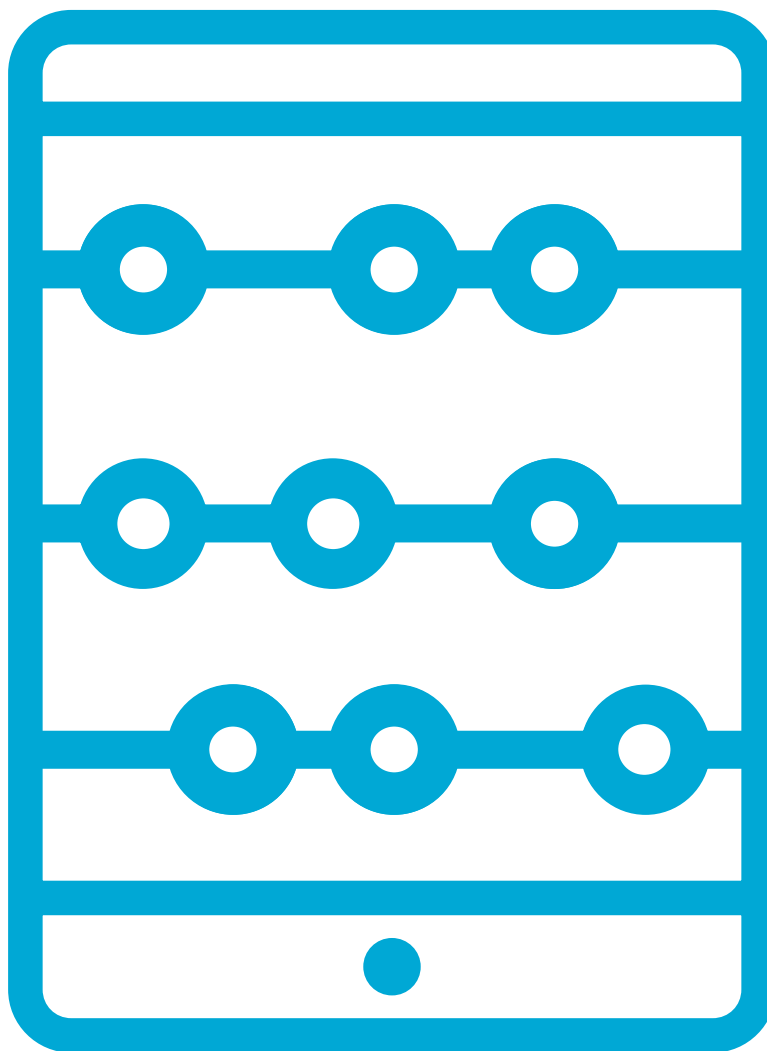






Órgãos Associativos do INESC TEC

(composição a 31 /12/2018)

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto

António Manuel de Sousa Pereira (Reitor da U. Porto)
Hélder Ferreira Vasconcelos (Vice-Reitor da U. Porto)
José Ângelo Mota Novais Barbosa (Presidente do Conselho de Administração da UPTEC)
Maria Manuela Feijão Ehrhardt Soares Salinas de Moura (Magellan Association)
António Fernando Sousa Silva (Diretor da FCUP)
João Bernardo de Sena Esteves Falcão e Cunha (Diretor da FEUP)
António Joaquim Mendes Ferreira (Vice-Presidente do Conselho Científico da FEUP)
José Manuel Janeira Varejão (Diretor da FEP)

Membros designados pelo INESC

José Manuel Nunes Salvador Tribolet (Presidente do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)
Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira (Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)
Abílio Ançã Henriques (Vogal do Conselho de Diretores e da Comissão Executiva do INESC)
Arlindo Manuel Limede de Oliveira (Vogal do Conselho de Diretores do INESC)
Maria Dalila Correia Araújo Teixeira (Vogal do Conselho de Diretores do INESC)

Membros designados pelo Instituto Politécnico do Porto:

João Simões da Rocha (Presidente do P.Porto)
Maria João Viamonte (Presidente do ISEP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: António Manuel de Sousa Pereira (U.Porto)
Primeiro Secretário: João Manuel Simões da Rocha (P.Porto)
Segundo Secretário: José Manuel Nunes Salvador Tribolet (INESC)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Manuel de Araújo Baptista Mendonça (FEUP)
Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo (FEUP)
Gabriel de Sousa Torcato David (FEUP)
João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro (FEUP)
José Carlos Caldeira Pinto de Sousa (INESC TEC)
Luís Filipe Maia Carneiro (INESC TEC)
Luís Miguel Lopo dos Santos Seca (INESC TEC)

Manuel Alberto Pereira Ricardo (FEUP)
Rui Carlos Mendes de Oliveira (U. Minho)

Comissão Executiva

Presidente: João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro (FEUP)
Gabriel de Sousa Torcato David (FEUP)
Luís Filipe Maia Carneiro (INESC TEC)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Abel dos Santos Alves (INESC)
Vogal: Maria Dulce Soares Lopes (FEUP)
ROC: Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Hugo Ricardo Alves de Araújo, como efetivo, e António Manuel Martins Amaral, ROC, como suplente

Mandato: Os membros da Mesa do Conselho Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram eleitos na reunião do Conselho Geral de 8 de junho de 2018 para o triénio de 2018/2020. A Comissão Executiva foi criada e designados os seus membros na primeira reunião do Conselho de Administração, em 8 de junho de 2018.

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Manuel António Cerqueira da Costa Matos (FEUP)

Outros membros designados pela Conselho de Administração:

José Fernando Oliveira (FEUP)
José António Ruela Simões Fernandes (Aposentado FEUP)

Membros designados pelos Centros/Laboratórios do INESC TEC – Unidade FCT:

Paulo Vicente da Silva Marques – CAP (FCUP)
João Paulo Tomé Saraiva – CPES (FEUP)
Henrique Manuel de Castro Faria Salgado – CTM (FEUP)
Jorge Manuel Pinho de Sousa – CESE (FEUP)
João José Pinto Ferreira – CITE (FEUP)
António Paulo Gomes Mendes Moreira – CRIIS (FEUP)
Aurélio Joaquim de Castro Campilho – CBER (FEUP)
João Manuel Paiva Cardoso – CSIG (FEUP)
Pavel Brazdil – LIAAD (Aposentado FEP)
Ricardo Jorge Gomes Lopes da Rocha – CRACS (FCUP)
Lia Raquel Neto Martins Lima Patrício – CEGI (FEUP)
José Manuel Esgalhado Valença – HASLab (U. Minho)

Membros suplentes:

José Nuno Oliveira – HASLab (U. Minho)
Manuel Joaquim Bastos Marques - CAP (FCUP)
Paula Maria Marques de Moura Gomes Viana – CTM (FEUP)

António Manuel Lucas Soares - CESE (FEUP)
Eduardo Alexandre Pereira da Silva – CRAS (ISEP)
João Paulo Trigueiros Cunha – CBER (FEUP)
Ângelo Manuel Rego e Silva Martins – CSIG (ISEP)
Vítor Santos Costa – CRACS (FCUP)
Alípio Jorge – LIAAD (FEP)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: José Carlos Príncipe (University of Florida, EUA)

Volker Stich (Aachen University of Technology, Alemanha)
José Luíz Fiadeiro (Royal Holloway University of London, Reino Unido)
John O'Reilly (University College of London, Reino Unido)
Leonardo Chiariglioni (CEDEO, Itália)
Tomaz Gómez (Universidad Pontificia Comillas, Espanha)
Faramarz Farahi (University of North Carolina at Charlotte, EUA)
Steven P. Nichols (University of Texas at Austin, EUA)
José A. B. Fortes (University of Florida, EUA)
James C. Spohrer (IBM University Programs World-Wide, EUA)
Max Viergever (University Medical Center Utrecht, Holanda)
Pere Ridao (VICOROB - Institut de Recerca en Visió Per Computador i Robòtica)
Bruno Siciliano (PRISMA Lab, Itália)
Pedro Larrañaga (Universidad Politécnica de Madrid, Espanha)
Christian Cachin, (IBM Research-Zurich, Suíça)

Mandato: os membros do Conselho Científico e da Comissão de Acompanhamento Científico foram designados na reunião do Conselho Geral de 2 de maio de 2014 para o quinquénio 2014/2018.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO EMPRESARIAL

Composição:

Jorge Vasconcelos (Presidente da NEWES)
António Murta (Managing Partner - Pathena SGPS S.A.)
Luís Filipe Reis (CCCO Sonae (Chief Corporate Center Officer); CEO Sonae Financial Services)
Alberto Barbosa (Member of the General and Supervisory Board of EDP)
João Paulo Oliveira (Membro do Conselho de Administração – The Navigator Company)

Mandato: A constituição da Comissão de Acompanhamento Empresarial, prevista na norma transitória do artigo 32º dos Estatutos do INESC TEC (Rev. 2015) foi aprovada na reunião do Conselho Geral de 27 de janeiro de 2017, para o quinquénio 2017/2021.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 foi, essencialmente, um ano de consolidação da atividade do INESC TEC, tendo a instituição apresentado um aumento no volume da atividade de 6% face ao ano anterior totalizando € 16.988.070, com um Resultado Líquido positivo de € 24.208.

Da análise das demonstrações financeiras, destaca-se o crescimento mais acentuado da atividade de Programas Europeus (14%; € 559.356) e o acréscimo muito significativo nos Outros Rendimentos e Ganhos (€ 285.070) em resultado de reversões de imparidades e do recebimento de outros financiamentos e prémios.

Relativamente aos gastos, importa salientar o crescimento dos Gastos com Pessoal em mais de um milhão de euros, em resultado das políticas públicas de emprego científico que conduziram a um aumento significativo do número de investigadores contratados, destacando-se a aprovação de 49 projetos FCT, no âmbito dos quais está prevista a contratação de mais de 50 investigadores doutorados.

A atribuição ao INESC TEC, no seguimento do reconhecimento como Centro de Interface e da avaliação de um plano de ação estratégico submetido a concurso, de um Financiamento Base de 2,2 milhões de euros para três anos, concretiza o retomar de um financiamento de carácter mais estrutural proveniente do Ministério da Economia, inexistente nos últimos Quadros Comunitários de Apoio, diminuindo o risco associado à incerteza no financiamento para atividades correspondentes a TRLs (*Technology Readiness Levels*) mais elevados, o que permitirá uma maior capacitação para estas atividades.

Em termos de constrangimentos, destaca-se a dificuldade de contratar e fixar recursos humanos e encontrar espaços físicos que permitam acomodar o aumento do volume de atividade dos últimos anos. Finalmente, nunca é demais salientar que, apesar de algumas medidas de simplificação, nomeadamente ao nível da contratação pública, com a publicação do Decreto-Lei n.º 60/2018, que procedeu à simplificação dos procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), um dos maiores constrangimentos na operação do INESC TEC continua a resultar das excessivas exigências de natureza processual por parte de várias entidades financiadoras nacionais, quer relativamente às regras e ferramentas de submissão de candidaturas e relatórios financeiros, quer quanto aos mecanismos de controlo do cumprimento das regras da contratação pública, resultando em sérios constrangimentos à execução dos projetos de investigação.

2. RECURSOS HUMANOS E LABORATORIAIS

2.1 Recursos Humanos

O Quadro 1 e as Figuras 1 e 2 apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2018. Esta última figura mostra a estrutura de Recursos Humanos integrados no final do ano de 2018 em comparação com 2017.

Quadro 1 - Estrutura de Recursos Humanos

Tipo de Recursos Humanos			2017	2018	Δ 2017-18	
RH Integrados	Investigadores Efetivos	Contratados	71	102	31	44%
		Docentes Ensino Superior	203	155	-48	-24%
		Bolseiros e Estagiários	449	418	-31	-7%
		Total Investigadores Efetivos	723	675	-48	-7%
		Total PhD Efetivos	312	259	-53	-17%
	Investigadores Afiliados		64	70	6	9%
	Gestão, Administrativos e Técnicos	Contratados	69	80	11	16%
		Docentes Ensino Superior	8	9	1	13%
		Bolseiros e Estagiários	23	14	-9	-39%
		Total Gestão, Admin e Técnico	100	103	3	3%
	Total RH Integrados		887	848	-39	-4%
	Total PhD Integrados		381	339	-42	-11%

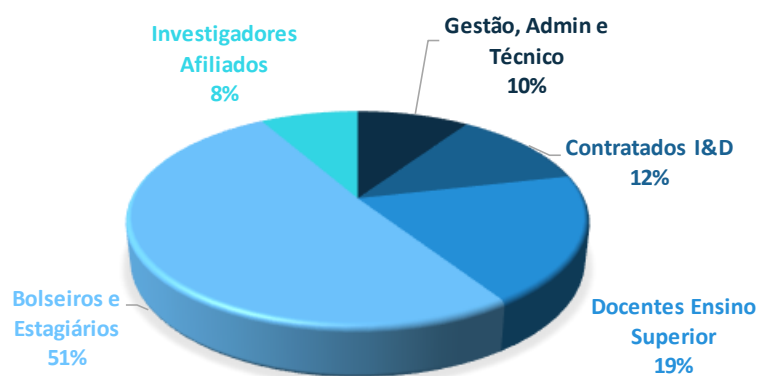


Figura 1 - Estrutura de Recursos Humanos

A variação sofrida pela estrutura de recursos humanos relativamente a 2017, apresentada no Quadro 1, traduz-se numa redução global de 39 colaboradores integrados, refletindo, nomeadamente, por um lado, uma redução de 47 docentes e 40 bolseiros, e por outro, um aumento de 42 colaboradores com contrato de trabalho. Estes números evidenciam o impacto das políticas públicas de estímulo ao emprego científico, que impõem, nomeadamente nos projetos de I&D da FCT, um requisito de contratação de doutorados. A redução do número de docentes resulta de um processo interno de atualização de equipas de investigação, encetado no primeiro trimestre de 2018, com a consequente reclassificação destes investigadores como investigadores afiliados ou colaboradores externos de acordo com o seu índice de atividade.

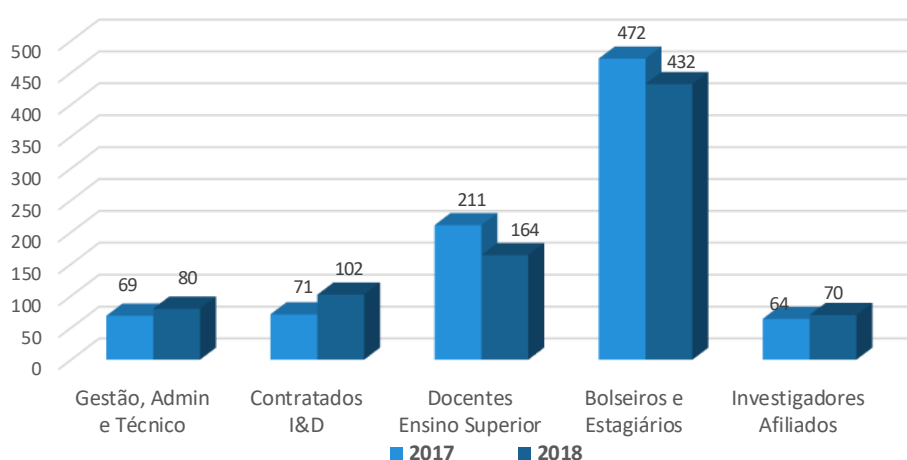


Figura 2 - Evolução dos Recursos Humanos

No que respeita à vertente de valorização de recursos humanos, para além de ações de formação interna, foram levadas a cabo diversas ações específicas de formação cujo valor, em 2018, ascendeu a € 17.055.

2.2 Instalações

Durante o ano de 2018, a parte maioritária da atividade foi desenvolvida nos dois edifícios da Asprela, no Campus da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo de relevar ainda, pelo seu volume, a atividade desenvolvida pelos Centros CAP - Centro de Fotónica Aplicada, e CRACS - Centro de Investigação em Sistemas Computacionais Avançados, que operam em instalações da Faculdade de Ciências da mesma Universidade, e pelo HASLAB - Laboratório de Software Confiável, que opera em instalações da Universidade do Minho. Pela elevada relevância, são de destacar o Laboratório de Robótica localizado na FEUP (CRIIS - Centro de Robótica Industrial e Sistemas Inteligentes e CRAS - Centro de Robótica e Sistemas Autónomos), o Laboratório de Robótica localizado no ISEP (CRAS), e o Laboratório de Realidade Virtual na UTAD (CSIG - Centro de Sistemas de Informação e de Computação Gráfica). De referir ainda que diversos elementos de outros centros desenvolvem a sua atividade em locais como a Faculdade de Engenharia da U.Porto, a Faculdade de Ciências da U.Porto, a Faculdade de Economia da U.Porto, o ISEP e a UTAD.

O aumento da atividade do INESC TEC levou ainda à necessidade de arrendar, desde julho de 2016, um espaço próximo do campus da Asprela para o CRIIS.

2.3 Investimento

De acordo com o Quadro 2, em 2018 o valor do ativo bruto aumentou € 1.138.769 face a 2017, sobretudo em resultado da aquisição de equipamento científico e laboratorial (€ 1.071.028), principalmente no âmbito dos projetos de infraestruturas tecnológicas. A quase totalidade destes investimentos foi suportada por diversas entidades financiadoras através de diversos projetos e programas.

Quadro 2 – Investimento Líquido de Abates

Rubrica de investimento	Valor de aquisição líquido de abates (€)
Equipamento Básico	1 071 028
Equipamento de Transporte	30 482
Ferramentas e Utensílios	2 009
Equipamento Administrativo	35 249
TOTAL	1 138 769

Os gastos de depreciação do exercício totalizam € 807.553.

O valor do ativo fixo tangível total ascende, em 31 de dezembro de 2018, a € 3.025.079, conforme se apresenta no Quadro 3. A Figura 3 ilustra a evolução do valor Ativo Fixo Tangível Bruto nos últimos três anos.

Quadro 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis - Valor Bruto	Valor Bruto (€)	Depreciações Acumuladas (€)	Valor Líquido (€)
Edifícios e Outras Construções	2 089 225	288 935	1 800 290
Equipamento Básico	8 297 523	7 144 057	1 153 465
Equipamento de Transporte	97 835	69 411	28 424
Equipamento Administrativo	486 576	445 364	41 212
Outros Ativos Fixos Tangíveis	75 476	73 788	1 688
TOTAL	11 046 635	8 021 555	3 025 079

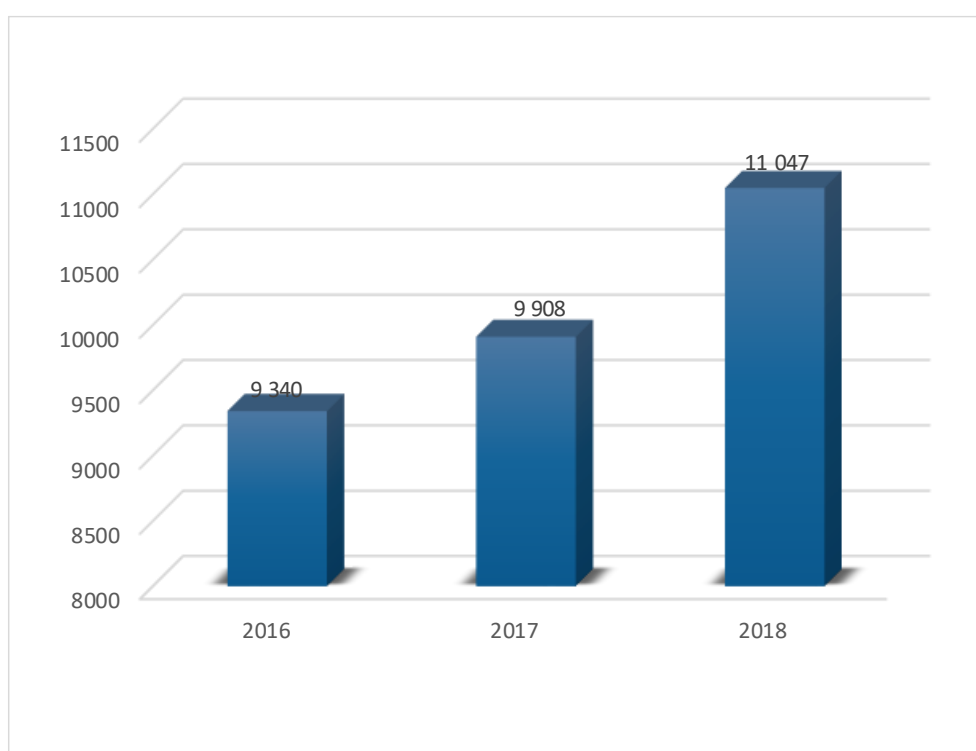


Figura 3 - Evolução do Ativo Fixo Tangível Bruto (Milhares de Euros)

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Enquadramento macroeconómico e impacto institucional¹

Em 2018, a economia portuguesa registou um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 2,1%, menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou sobretudo do menor contributo da procura interna, que passou de um contributo de 3,1 p.p. em 2017 para 2,8 p.p., refletindo a desaceleração do Investimento para 5,6% (variação de 9,2% em 2017). Já a procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo (-0,7 p.p.) face ao registado em 2017 (-0,3 p.p.), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços (de 7,8% em 2017 para 3,7%), mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços (de 8,1% para 4,9% em 2018). O consumo privado aumentou 2,5% face a 2017, e o consumo público, em linha com os ajustamentos do défice, apresentou um aumento de apenas 0,8%. Quanto ao défice acumulado, verificou-se uma diminuição significativa face ao ano anterior, fixando-se em 0,5% do PIB, o que permitiu ir além da meta prevista pelo governo de 0,7%.

O mercado de trabalho continuou a registar uma evolução muito positiva já que a taxa de desemprego foi de 7,0%, tendo diminuído 1,9 p.p. relativamente a 2017, o que representa o valor mais baixo dos últimos catorze anos. Também o emprego cresceu 2,3% em comparação com 2017. A evolução favorável destes indicadores teve um impacto mais acentuado nas áreas de operação do INESC TEC, traduzindo-se em dificuldades acrescidas de recrutamento e de retenção de recursos humanos mais qualificados.

Relativamente à economia europeia, esta cresceu 1,9% no conjunto de 2018, registando um abrandamento face aos 2,4% registados em 2017.

Apesar dos sinais positivos da evolução da economia, o Conselho de Administração do INESC TEC continua a prosseguir uma gestão rigorosa e um acompanhamento permanente da evolução económico-financeira da instituição e da sua envolvente.

3.2 Análise do desempenho operacional

Em 2018, o volume de atividade total (Vendas e Serviços Prestados, Programas Europeus e Programas Nacionais) atingiu o montante de € 16.988.070, representando um aumento de 6% face ao ano anterior (€ 933.830). Este resultado deve-se sobretudo ao aumento dos rendimentos relativos a subsídios de exploração europeus (€ 536.494), mas também nacionais (€ 291.372). A atividade direta com empresas, registada na rubrica Vendas e Serviços Prestados aumentou 2% (€ 61.716).

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultado Operacional + Depreciações + Provisões e Imparidades líquidas - Subsídio ao Investimento) totalizou € 333.982, tendo diminuído 33% relativamente a 2017 (€ 167.717), fruto da redução de imparidades, quer de clientes, quer de projetos financiados, no valor total de € 284.485, uma vez que as depreciações se mantêm muito próximas das registadas no ano anterior. O Resultado Operacional ascende a € 47.763, significando que os rendimentos resultantes unicamente da atividade principal foram mais do que suficientes para fazer face aos gastos necessários para operar essa mesma atividade.

O Resultado Financeiro negativo (-€ 23.555) deve-se, por um lado, aos encargos com serviços bancários (47%) e por outro, aos juros da dívida bancária (28%). Cerca de 25% destes custos correspondem ainda a

¹ Fonte: INE

diferenças de câmbio. O custo do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totalizou apenas € 9.831.

O Resultado Líquido do período, que iguala o Resultado antes de Impostos, fruto da isenção de IRC atribuída, é positivo no montante de € 24.208, em linha com o resultado do ano anterior.

O total dos Gastos (Quadro 4 e Figura 4) ascende a € 17.504.394, sendo as suas componentes de maior dimensão os Gastos com Pessoal (60%) e os Fornecimentos e Serviços Externos (32%).

Quadro 4 - Principais Componentes da Estrutura de Gastos

Rubrica de Gastos			Δ (€ / %)	
	2017 (€)	2018 (€)	2017-2018	
Fornecimentos e Serviços Externos	5 260 347	5 603 651	343 304	7%
Gastos com Pessoal	9 407 426	10 478 838	1 071 413	11%
Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades	1 070 896	957 703	-113 193	-11%
Outros Gastos e Perdas	501 229	428 882	-72 346	-14%
Gastos e Perdas de Financiamento	39 315	35 319	-3 996	-10%
Total Gastos	16 279 213	17 504 394	1 225 181	8%

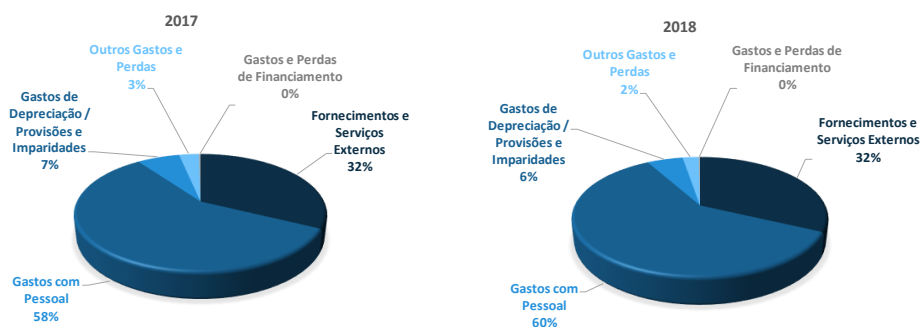


Figura 4 - Estrutura de Gastos

Nos Gastos com Pessoal, estão contabilizados os encargos com Bolsas (e respetivos encargos sociais), que em 2018 ascenderam a € 3.972.266, correspondendo a 38% desta rubrica. Os gastos com Viagens ascendem a € 1.013.927; com Comunicações a € 39.173; com Seguros a € 220.071; e com Rendas e Alugueres a € 225.821. Os Honorários ascendem a € 693.640, dos quais 66% (€ 458.381) dizem respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Gastos e Perdas, 71% (€ 304.508) são encargos com Reuniões e Conferências, 19% dizem respeito a encargos com Quotizações (€ 80.592) e 4% são referentes a inscrições em cursos de formação (€ 17.055).

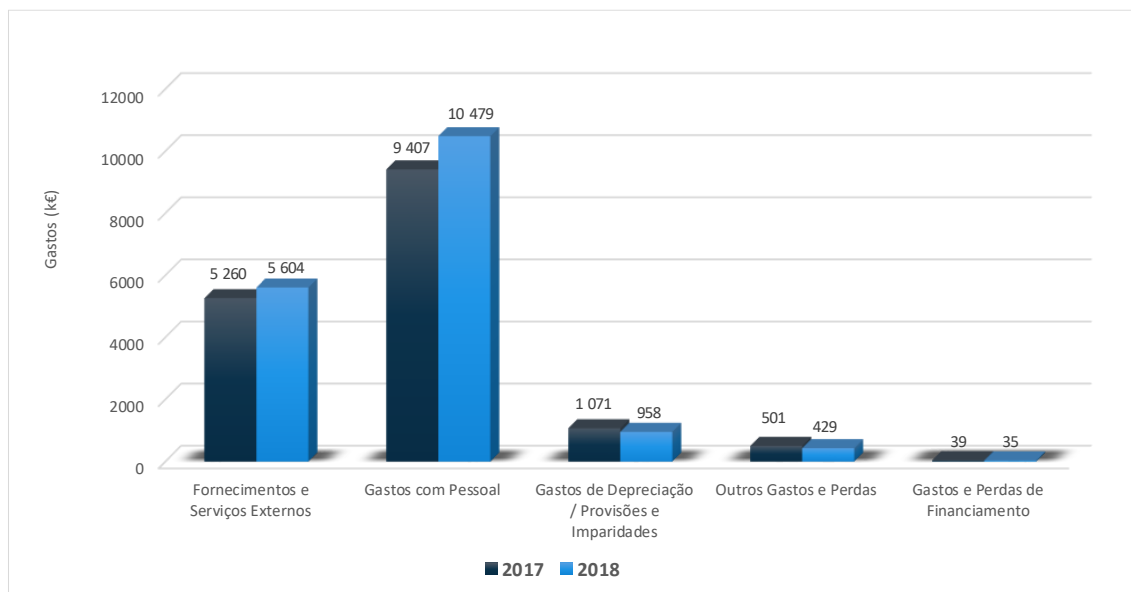


Figura 5 - Comparação da Estrutura de Gastos (Milhares de Euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Gastos Totais de 8% (€ 1.225.181).

A rubrica de Gastos com Pessoal foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este crescimento, com um aumento de 11% (€ 1.071.413), resultante do incremento significativo dos encargos com pessoal contratado (€ 1.266.110) relacionados com o acréscimo de 42 novos colaboradores com vínculo de contrato de trabalho. Os encargos com bolsas reduzem-se € 194.697. Note-se que o total de encargos com mão-de-obra (contratados, bolseiros, docentes, prestadores de serviços) aumentam 11% face ao ano anterior (€ 1.156.152), essencialmente em resultado do aumento dos gastos com pessoal contratado e bolseiros (€ 1.071.413). Os gastos com as remunerações do pessoal contratado e dos bolseiros representaram, em 2018, 62% do volume de atividade (Vendas e Serviços Prestados + Programas Europeus + Programas Nacionais) da instituição, observando-se um aumento de três pontos percentuais face a 2017. Se se acrescentarem a estes encargos os relativos às remunerações complementares de docentes, honorários e subcontratos, os encargos com mão-de obra ascenderiam a € 12.134.814, com um peso nos gastos totais da instituição de 69%.

Os encargos com fornecimentos e serviços também aumentam 7% (€ 343.304), maioritariamente devido ao aumento dos gastos com Serviços Especializados (€ 442.505), que inclui a contabilização das contribuições financeiras à FEUP relativas à imputação de docentes em projetos europeus (€ 178.033). Por outro lado, verificou-se uma redução dos encargos com deslocações e estadas (€ 134.581) e com Serviços Diversos (€ 17.077).

Os Gastos de Depreciação / Provisões e Imparidades diminuem € 113.193, resultado essencialmente da redução muito significativa das perdas por imparidades e provisões, no valor de € 184.485. Foram registadas imparidades de clientes e de projetos financiados no valor € 50.150, comparativamente aos € 334.634 registados em 2017.

O total dos Rendimentos (Quadro 5 e Figura 6) ascende a € 17.528.602, sendo a maior fatia relativa a programas nacionais, com um peso de 53% na estrutura de rendimentos da instituição. É nesta rubrica que estão contabilizados os subsídios, quer à exploração, quer ao investimento, diretos de entidades nacionais (FCT, PORTUGAL 2020, NORTE2020), verificando-se a redução de um ponto percentual do seu peso, face ao último exercício.

Os rendimentos relativos a programas de financiamento da Comissão Europeia, registados em Programas Europeus, representam 26% do total, aumentando um ponto percentual o seu contributo para a atividade da instituição face ao período homólogo.

A atividade de prestação de serviços com empresas representou 18% dos rendimentos da instituição, tendo aumentado € 61.716 face ao período homólogo, reduzindo, contudo, em um ponto percentual a sua quota no total da atividade.

O aumento que se verifica no peso dos outros rendimentos e ganhos está relacionado com o aumento da reversão de imparidades (€ 92.668) e também com outros rendimentos, relacionados com a organização de conferências, recebimento de prémios e outras atividades secundárias.

Quadro 5 - Principais Componentes da Estrutura de Rendimentos

Origem Rendimento		2017 (€)		Δ (€ / %)	
		2018 (€)		2017-2018	
Programas Nacionais	Subsídios à Exploração	8 310 437	8 601 809	291 372	4%
	Subsídios ao Investimento	559 509	580 894	21 385	4%
Programas Europeus	Subsídios à Exploração	3 962 834	4 499 328	536 494	14%
	Subsídios ao Investimento	67 726	90 589	22 862	34%
Vendas e Serviços Prestados		3 153 733	3 215 450	61 716	2%
Outros Rendimentos e Ganhos		243 697	528 767	285 070	117%
Rendimentos Financeiros		6 864	11 764	4 900	71%
Total Rendimentos		16 304 801	17 528 602	1 223 800	8%

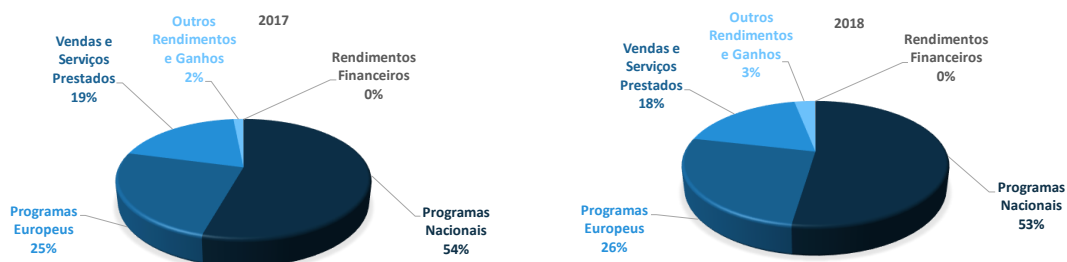


Figura 6 - Estrutura de Rendimentos

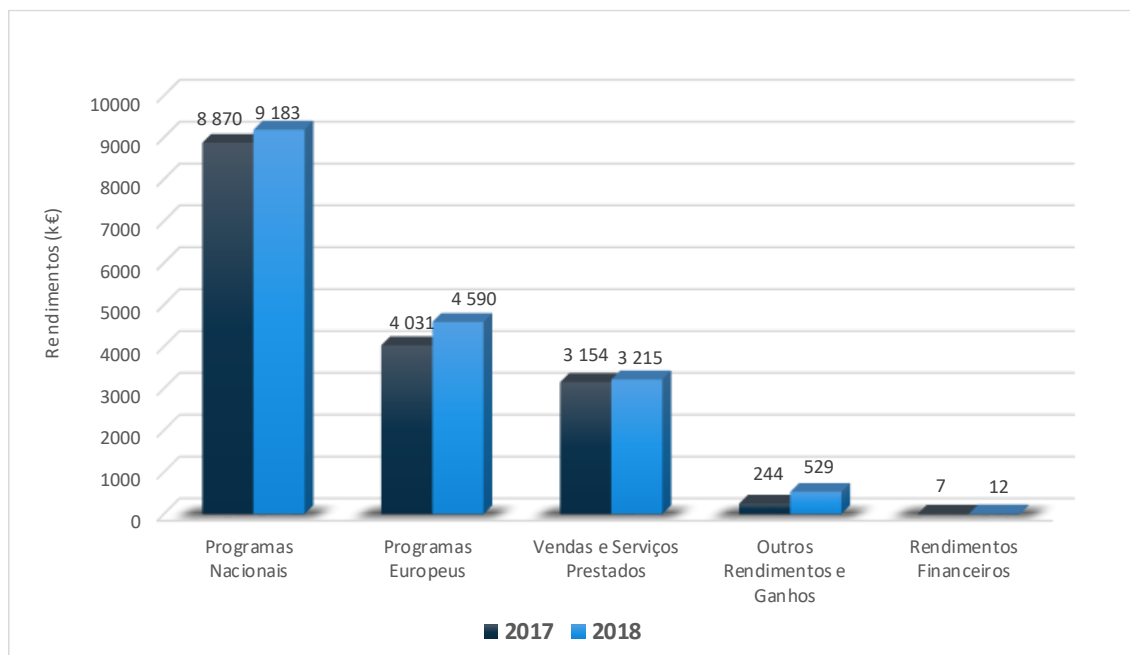


Figura 7 - Comparação da Estrutura de Rendimentos (Milhares de Euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos Rendimentos Totais de 8% (€ 1.223.800). A rubrica de Programas Europeus foi a que mais contribuiu, em valor absoluto, para este acréscimo, com um aumento de 14% (€ 559.356). Os projetos de I&D da FCT, registados em programas nacionais, aumentaram mais de um milhão de euros, resultado da aprovação de 49 projetos. Os projetos em cooperação com empresas também registaram uma evolução positiva fruto da aprovação de diversos projetos. A atividade direta com as empresas, quer a nível nacional, quer internacional, registada na rubrica de Vendas e Serviços prestados, aumentou 2% (€ 61.716).

3.3 Análise financeira

A análise que a seguir se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2018 (Quadro 6).

A dívida líquida da instituição, que vinha a registar valores negativos já desde 2013, passou para € 956.849, fruto da necessidade de recurso a crédito bancário, para cobrir as necessidades de tesouraria intrínsecas à natureza cíclica do portefólio de projetos do INESC TEC.

Assim, em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Líquida da instituição apresentava a estrutura apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura da Dívida

Estrutura da Dívida	Saldo		Δ (€ / %)	
	2017 (€)	2018 (€)	2017-18	
Empréstimos Bancários		1 024 286	1 024 286	
Outros Empréstimos Obtidos				
Passivo remunerado	0	1 024 286	1 024 286	
Disponibilidades	1 576 060	67 437	-1 508 623	-96%
Dívida Líquida	-1 576 060	956 849	2 532 909	-161%

No Quadro 7 estão representados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 7 – Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2014	2015	2016	2017	2018
Liquidez geral	3,08	2,20	3,21	3,04	2,68
Autonomia Financeira	0,44	0,45	0,33	0,37	0,34
Investimento	556 727 €	918 933 €	362 687 €	568 320 €	1 138 769 €
Meios Libertos	431 157 €	711 976 €	178 548 €	304 412 €	44 026 €

O rácio de Liquidez Geral diminuiu 0,36 pontos percentuais relativamente a 2017, fruto da redução significativa das disponibilidades bancárias, e consequentemente da necessidade de recorrer a empréstimos bancários. Ainda assim, este rácio evidencia a manutenção do equilíbrio financeiro que vem sendo conseguido nos últimos anos, demonstrando que os passivos de curto prazo estão totalmente cobertos por ativos que permitem fazer face às responsabilidades de curto prazo.

A Autonomia Financeira, que mede a proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, reduziu-se ligeiramente, fruto do aumento do ativo, resultante sobretudo do aumento dos outros ativos correntes correspondendo ao aumento das dívidas de entidades financiadoras (ver nota 5 do Anexo). Este rácio de autonomia, demonstrador de estabilidade financeira da instituição, tem um valor adequado aquando da análise dos rácios financeiros no contexto da avaliação de candidaturas a projetos e a concursos públicos.

O investimento realizado em 2018 aumentou € 570.448 face ao ano anterior. Este aumento do investimento deve-se sobretudo aos investimentos realizados no âmbito dos projetos de infraestruturas tecnológicas, que pela sua natureza preveem grandes volumes de investimento.

O Resultado Líquido mantém-se sensivelmente idêntico ao de 2017, e os Meios Libertos Líquidos registaram uma diminuição de 86% (€ 260.385), fruto de uma significativa reversão de imparidades em 2018, permitindo ainda assim gerar os excedentes necessários ao autofinanciamento exigido por muitos projetos em que a instituição participou.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

De referir que de janeiro de 2019 e até à data deste relatório, já foram recebidos € 5.094.119 relativos às contas “Devedores por acréscimo de rendimentos de Subsídios à exploração” e também a “Outras contas a receber de Subsídio ao investimento” o que permitiu reduzir significativamente o valor das dívidas de entidades financiadoras, bem como o recurso ao crédito, para os valores habituais para esta altura do ano.

Em março de 2019, foi recebida a comunicação de que o projeto europeu “INTERCONNECT” seria financiado no âmbito do concurso “Digitising and transforming European industry and services” do Tema das Tecnologias de Informação e Comunicação do Horizonte 2020. Este projeto liderado pelo INESC TEC inclui a participação de mais de 50 entidades de 11 países europeus. O projeto tem a duração de 4 anos e um orçamento total de 36 milhões de euros, ao qual corresponde um financiamento comunitário de 30 milhões de euros. Este projeto é o maior projeto europeu alguma vez coordenado por uma entidade portuguesa no âmbito dos programas quadro de investigação e inovação.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido, no valor de € 24.208, transite para a Conta de Resultados Transitados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

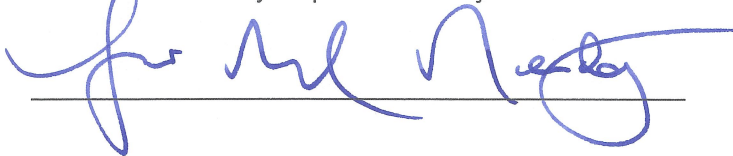
No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho da instituição:

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC TEC.

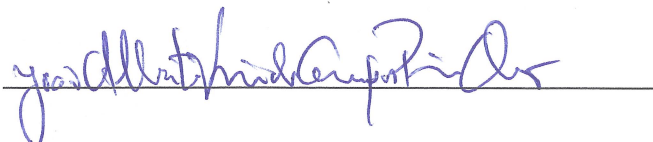
Porto, 3 de maio de 2019

A Administração

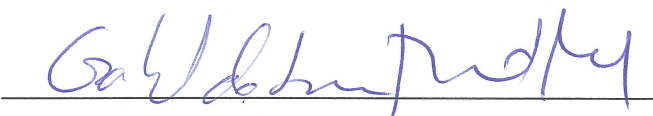
José Manuel de Araújo Baptista Mendonça



João Alberto Vieira de Campos Pereira Claro



Gabriel de Sousa Torcato David



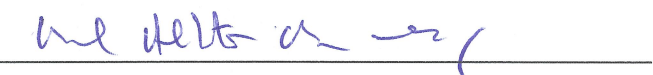
Bernardo Sobrinho Simões de Almada Lobo



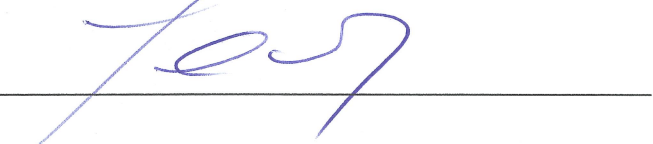
Luís Miguel Lopo dos Santos Seca



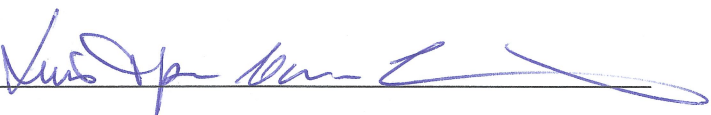
Manuel Alberto Pereira Ricardo



José Carlos Caldeira Pinto de Sousa



Luís Filipe Maia Carneiro



Rui Carlos Mendes de Oliveira





Anexo

Indicadores Financeiros	Fórmula de Cálculo
Liquidez geral	$(\text{Ativo Corrente} - \text{Diferimentos}) / (\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos})$
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Depreciações + Provisões + Perdas por Imparidade + Resultados Líquidos – Subsídio Invest.



BALANÇO

ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO	NOTAS	DATAS	
		31.12.2018	31.12.2017
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	7	3 025 079	2 690 357
Ativos intangíveis	6	38 575	42 082
Investimentos financeiros	8	67 495	65 806
Subtotal		3 131 150	2 798 245
ATIVO CORRENTE			
Créditos a receber	8, 9 e 18	1 344 830	1 579 738
Estado e outros entes públicos	8 e 21	588 849	413 293
Fundadores/associados	8 e 18	60 645	60 645
Outros ativos correntes	5 e 8	9 132 764	5 574 315
Diferimentos	5	89 129	54 517
Caixa e depósitos bancários	4 e 8	67 437	1 576 060
Subtotal		11 283 654	9 258 567
Total do ativo		14 414 804	12 056 812
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	1 515 000	1 515 000
Resultados transitados		196 961	171 373
Ajustamentos patrimoniais - Subsídio ao investimento	19	3 151 050	2 781 930
Outras variações nos fundos patrimoniais		6 990	6 990
Subtotal		4 870 001	4 475 293
Resultado líquido do período		24 208	25 588
Total dos fundos patrimoniais		4 894 209	4 500 881
Passivo			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	164 051	146 285
Financiamentos obtidos	8 e 12	400 000	-
Subtotal		564 051	146 285
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	8, 13 e 18	720 338	789 220
Estado e outros entes públicos	8 e 21	316 052	187 424
Financiamentos obtidos	8 e 12	624 286	-
Diferimentos	5	4 785 932	4 383 360
Outros passivos correntes	5 e 8	2 509 936	2 049 642
Subtotal		8 956 544	7 409 646
Total do passivo		9 520 595	7 555 931
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 414 804	12 056 812

O Contabilista Certificado

Paula Isabel Faria
Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração

Bel' June



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	NOTAS	DATAS	
		31.12.2018	31.12.2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	19	3 215 450	3 153 733
Subsídios, doações e legados à exploração	19	13 101 137	12 273 271
Fornecimentos e serviços externos	14	(5 603 651)	(5 260 347)
Gastos com o pessoal	15	(10 478 838)	(9 407 426)
Imparidade de dívidas a receber, investimentos financeiros e projetos financiados (perdas/reversões)	5 e 9	239 806	(137 347)
Provisões (aumentos/reduções)	11	(100 000)	-
Outros rendimentos	19	910 295	673 645
Outros gastos	20	(428 882)	(501 229)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		855 316	794 300
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(807 553)	(736 262)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47 763	58 039
Juros e rendimentos similares obtidos	16	11 764	6 864
Juros e gastos similares suportados	16	(35 319)	(39 315)
Resultado antes de impostos		24 208	25 588
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		24 208	25 588

O Contabilista Certificado

Paula Isabel Faria

Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

Rel.
A Administração
[Signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Valores em Euros

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2017	1 10	1 515 000	145 000	6 990	2 612 497	4 279 486	26 373	4 305 860
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2016			26 373			26 373	(26 373)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				169 434	169 434		169 434
	2	-	26 373	-	169 434	195 807	(26 373)	169 433
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						25 588	25 588
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	26 373		169 434	195 807	(785)	195 021
POSIÇÃO NO FIM DE 2017		1 515 000	171 373	6 990	2 781 931	4 475 293	25 588	4 500 881

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Valores em Euros

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Subsídio ao Investimento	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	1 10	1 515 000	171 373	6 990	2 781 931	4 475 293	25 588	4 500 881
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação resultado 2017			25 588			25 588	(25 588)	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	19				369 120	369 120		369 120
	2	-	25 588	-	369 120	394 708	(25 588)	369 119
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						24 208	24 208
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	25 588		369 120	394 708	(1 380)	393 327
POSIÇÃO NO FIM DE 2018		1 515 000	196 961	6 990	3 151 050	4 870 001	24 208	4 894 209

O Contabilista Certificado

Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

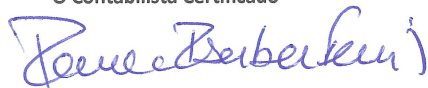
ENTIDADE: INESC TEC

Valores em Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

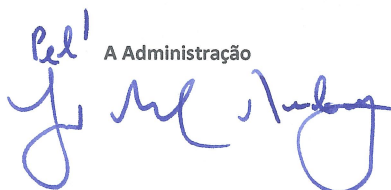
	NOTAS	DATAS	
		31.12.2018	31.12.2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e entidades financiadoras		15 010 011	13 792 098
Pagamentos a fornecedores		(5 104 330)	(5 003 935)
Pagamentos ao pessoal		(11 377 586)	(10 702 301)
Caixa gerada pelas operações		(1 471 905)	(1 914 138)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
		(1 471 905)	(1 914 138)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 365 833)	(577 645)
Investimentos financeiros		(100)	(27 564)
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras		36 117	28 071
Outros ativos		13 322	1 880
Subsídio ao investimento	19	284 469	750 245
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
		(1 032 025)	174 987
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8 e 12	1 024 286	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(200 000)
Juros e gastos similares		(28 979)	(34 006)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
		995 307	(234 006)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(1 508 623)	(1 973 157)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 576 060	3 549 217
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	67 437	1 576 060

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC nº 37 425)

Pel' A Administração





Anexo às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência é uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, com NIF 504 441 361 e património associativo de 1.515.000 Euros, que tem como atividade principal a Investigação e Desenvolvimento.

Breve histórico

O INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (“Instituto” ou “INESC Porto”) é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, que tem como atividade a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a transferência e integração de conhecimento, tendo como base as tecnologias de informação, telecomunicações e eletrónica. O INESC Porto foi constituído em 18 de dezembro de 1998 pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (“INESC”) em resultado de decisão tomada na Assembleia Geral do INESC em 7 de maio de 1998.

Com efeitos a partir de 13 de abril de 1999, o INESC transferiu para o INESC Porto a atividade desenvolvida pelo “Pólo do Porto”, a qual consiste na atual atividade do INESC Porto. Esta transferência foi concretizada sob a forma de um trespasse de estabelecimento.

No exercício de 1999, o INESC cedeu cinquenta unidades de participação do INESC Porto à Universidade do Porto, através de um protocolo assinado entre estas três entidades.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (“FEUP”) entrou como associada, através de um protocolo de cedência de créditos entre o INESC, a FEUP e o INESC Porto.

Em 1 de março de 2002, por despacho do Ministro da Ciência e da Tecnologia foi atribuído o estatuto de Laboratório Associado.

Em 21 e 22 de junho de 2006, o Conselho Geral do INESC Porto deliberou o aumento do património associativo para 1.250.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes e por entrada de novos associados, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto.

A partir de 2011, por proposta do INESC Porto como instituição coordenadora do LA, a FCT aceitou a alteração da designação do Laboratório Associado para INESC TEC (INESC Tecnologia e Ciência), passando assim a incluir sete Unidades Nucleares (acolhidas na instituição INESC Porto) e cinco Unidades Associadas reconhecidas pela FCT.

Em 21 de dezembro de 2012 foi deliberado em Assembleia Geral o aumento do património associativo para 1.515.000 Euros, por reforço do Património dos Associados existentes. O aumento efetivou-se no final de 2013.

Em 2015, por escritura pública celebrada em 28 de maio, são alterados os Estatutos do INESC TEC, com alteração do nome e composição da administração. Com a alteração do nome passa a adotar-se, INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência, e a composição da administração passa a ser composto por um número mínimo de cinco e máximo de nove membros, conforme deliberado pelo Conselho Geral, sendo estes escolhidos de entre investigadores e gestores profissionais afetos à instituição.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Instituto adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A transição deu-se a 1 de janeiro de 2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação comparativa. O Instituto preparou o seu balanço de abertura a essa data de acordo com a NCRF 3 e considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes.

Em 1 de janeiro de 2012, o INESC Porto passou a adotar o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo que faz parte integrante do sistema de normalização contabilístico (SNC). Este novo regime reforça as exigências de transparência no que respeita às atividades desenvolvidas pelas entidades e aos recursos empregues, pelo que se verificaram alterações na forma de divulgar e apresentar os factos patrimoniais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do INESC TEC, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do INESC TEC operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o INESC TEC dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente o custo dos direitos de propriedade intelectual e o direito de superfície e encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

c) Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2015, encontram-se valorizados ao custo de aquisição e são amortizados pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado ser entendimento da Administração que essas taxas correspondem às vidas úteis dos ativos fixos tangíveis.

A partir de janeiro de 2016, procedeu-se à alteração do método de depreciação, para os bens do ativo fixo tangível:

- Para todos os bens adquiridos nos centros de custos da estrutura do INESC TEC considera-se o método de depreciação definido no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, (com as alterações introduzidas pela Lei 64B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, e pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril);
- Para todos os bens adquiridos cujo valor unitário seja inferior a 1.000€ foi considerada uma vida útil igual a 12 meses (de acordo com o artº 19 do Decreto-Regulamentar 25/2009), sem prejuízo dos pontos seguintes;
- Para os bens adquiridos especificamente no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento do INESC TEC, tendo em conta a sua utilização intensiva, a perda de valor por obsolescência e sempre que não esteja prevista a sua utilidade após o final do projeto, considera-se que a vida útil desse bem se esgota até ao final do projeto respetivo;
- Ainda no caso de bens adquiridos no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento, sempre que comprovadamente se verifique que o bem tem utilidade futura após o final do projeto (NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis - paragrafo 7. (a): “futuros benefícios económicos associados”) considera-se que a vida útil desse bem tem uma duração superior à duração do projeto, sendo esta definida de acordo com a melhor estimativa à data de aquisição do bem (neste caso será necessária uma fundamentação escrita e devidamente validada, a anexar à respetiva ficha de património);
- Todos os bens passarão a ser amortizados de acordo com um duodécimo mensal a partir da data em que os mesmos estejam disponíveis para uso, i.e., quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do INESC TEC com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

d) Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2018, o INESC TEC, não detém participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, não detendo uma percentagem de detenção superior a 20%, assumido posição de controlo ou influência significativa em qualquer entidade.

As participações financeiras detidas são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, situação aplicável aos investimentos financeiros detidos a 31 de dezembro de 2018.

e) Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes.

f) Especialização de exercícios

O INESC TEC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

g) Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis recebidos para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados em outras variações nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis a que respeitem.

h) Contabilização de subsídios à exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e as comparticipações da Comissão Europeia no âmbito da execução dos projetos europeus são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo (diferimentos) os adiantamentos e no ativo (outras contas a receber e a pagar) os montantes a receber.

Os rendimentos relativos a subsídios à exploração são reconhecidos apenas após a assinatura do contrato de incentivo ou de homologação do valor do incentivo pelas entidades financiadoras. Adicionalmente, o Instituto apenas reconhece como rendimento o montante estimado para o recebimento total do subsídio, calculado com base nas estimativas do nível de cumprimento das condições contratuais em função do qual o total do subsídio poderá variar.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Créditos a receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica “Financiamentos obtidos”.

j) Provisões

As provisões são registadas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

k) Imposto

Em 16 de agosto de 2006, por despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública e publicação em Diário da República a 27 de setembro de 2006, foi reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas a aplicar-se a partir de 19 de junho de 2001, data em que o despacho

do Primeiro-Ministro, de reconhecimento de pessoa coletiva de utilidade pública, foi publicado. Desta forma não se procedeu a estimativa de IRC no exercício de 2018 e 2017.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Instituto dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. A Administração do INESC TEC entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

l) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários apresentam o saldo seguinte a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
Rubricas	2018	2017
Depósitos Bancários		
Depósitos à Ordem	67.437	1.576.060
Total	67.437	1.576.060

A rubrica “Depósitos Bancários – Depósitos à Ordem” a 31 de dezembro de 2018 apresenta um saldo 67.437 Euros.

5. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas contabilísticas a 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS			
Rubricas	2018	2017	Varição
Gastos a reconhecer	89.129	54.517	34.612
Rendimentos a reconhecer	(4.785.932)	(4.383.360)	402.572
Estimativa Subsídios à exploração	(4.514.242)	(4.031.684)	482.559
Estimativa Serviços de I&D e Consultoria	(271.690)	(347.758)	(76.068)
Estimativas Diversas	-	(3.918)	(3.918)

A rubrica “Diferimentos – Estimativa de Subsídios à exploração”, apresenta um aumento de 482.556 Euros face ao período homólogo, registando um saldo de 4.514.242 Euros referindo-se aos montantes adiantados por entidades públicas nacionais e pela Comissão Europeia relativos a projetos em execução.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES

Rubricas	2018	2017	Variação
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.387.719	4.536.349	2.851.370
<i>Estimativa Subsídios à exploração</i>	7.038.955	4.162.981	2.875.974
<i>Estimativa Serviços de I&D e Consultoria</i>	348.765	373.368	(24.603)
Outros devedores	1.745.044	1.037.966	707.078
IVA a regularizar	7.622	7.570	52
Outras contas a receber de Subsídio ao Investimento	1.689.120	994.206	694.914
Adiantamentos Pessoal/ Complemento bolsa	24.369	21.013	3.356
Seguros	10.162	-	10.162
Cauções	5.610	5.610	0
Cartões Crédito	8.161	1.577	6.584
Diversos	-	7.990	(7.990)
Total	9.132.764	5.574.315	3.558.449
Credores por acréscimos de gastos	(2.361.631)	(1.998.157)	(363.474)
<i>Estimativas Gastos com Pessoal</i>	(2.202.732)	(1.975.677)	(227.056)
<i>Estimativas Fornecimentos e Serviços Externos</i>	(158.898)	(22.480)	(136.418)
Outros credores	(148.305)	(51.485)	(96.820)
Universidade do Porto	(12.664)	(12.290)	(374)
Perdas por Imparidade - Projetos Financiados	(133.776)	(35.970)	(97.806)
Seguros	-	(3.022)	3.022
Diversos	(1.866)	(203)	(1.662)
Total	(2.509.936)	(2.049.642)	(460.294)

A rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos - Estimativa de Subsídios à exploração”, com o saldo de 7.038.955 Euros, refere-se aos montantes a receber da Comissão Europeia e de entidades Públicas Nacionais relativos a projetos em execução de acordo com o apresentado:

Devedores por acréscimos de rendimentos	2018	2017
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Projetos	885.100	425.422
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Plurianual	617.848	129.556
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Ciência	33.536	-
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Emprego Científico	42.472	-
Comissão Europeia-H2020	1.756.037	1.087.393
Comissão Europeia - 7ºPQ	264.318	435.258
Outros Proj. Europeus	664.070	437.848
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	1.541.761	794.017
Agência Nacional de Inovação (ANI)	817.096	580.044
Estimativa Subsídios à exploração	7.038.955	4.162.981

De janeiro de 2019 e até à data deste relatório, já foram recebidos 5.094.119 Euros, referentes à totalidade dos projetos em execução no INESC TEC o seguinte detalhe:

Entidade	Valor recebido
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Projetos	383.103
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Plurianual	994.809
Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Ciência	61.975
Comissão Europeia-H2020	2.101.249
Comissão Europeia - 7º PQ	198.066
Outros Proj. Europeus	105.721
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	1.107.223
Agência Nacional de Inovação (ANI)	141.973
Total	5.094.119

Os subsídios recebimentos até à data, referem-se não apenas aos montantes registados na rubrica de “Estimativa Subsídios à exploração”, mas igualmente de “Outras contas a Receber de Subsídios ao Investimento”.

As contas a receber de subsídio ao investimento ascendem a 1.689.120 Euros e referem-se a um conjunto de ativos fixos tangíveis cujo rendimento proporcional à respetiva depreciação foi considerado nas contas e aguarda o seu recebimento. Face à alteração em 2016 do método de depreciação, para os bens do ativo fixo tangível, tem sido efetuado um trabalho junto das entidades financiadoras de adequação de requisitos de prestação de contas para que as depreciações possam ser integralmente elegíveis para financiamento, o que tem resultado em atrasos na submissão de pedidos de pagamento e nos pagamentos efetuados (Nota 19), relativos às despesas com ativos fixos tangíveis em projetos financiados junto da FCT. Na nossa perspetiva esses valores serão regularizados ao longo do exercício de 2019.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo intangível” constantes do balanço e nas respetivas amortizações, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS

	Outros ativos intangíveis - direito de superfície	Total
Saldo inicial	70.136	70.136
Aumentos	-	-
Saldo final	70.136	70.136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	24.548	24.548
Aumentos	3.506	3.506
Saldo final	28.054	28.054
Valor líquido a 31.12.2017	42.082	42.082
Saldo inicial	70.136	70.136
Aumentos	-	-
Saldo final	70.136	70.136
Amortizações e perdas por imparidade		
Saldo inicial	28.054	28.054
Aumentos	3.507	3.507
Saldo final	31.561	31.561
Valor líquido a 31.12.2018	38.575	38.575

Durante o exercício de 2010, o INESC TEC adquiriu o direito de superfície cedido pela Universidade do Porto para a construção do Edifício – Infraestrutura tecnológica para a energia sustentável, cuja construção iniciou em agosto de 2011. A depreciação é feita de acordo com o período do direito de superfície, ou seja, um total de 20 anos.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativo fixo tangível” e nas respetivas depreciações, constantes do balanço, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram como segue:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial	2.049.390	6.741.794	67.353	407.542	73.467	9.339.546
Aumentos	39.835	488.593	-	43.784	-	572.212
Abates	-	3.892	-	-	-	3.892
Saldo final	2.089.225	7.226.495	67.353	451.326	73.467	9.907.866
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	205.366	5.767.985	65.955	377.923	70.456	6.487.685
Aumentos	41.785	658.232	1.398	29.571	1.769	732.755
Abates	-	2.931	-	-	-	2.931
Saldo final	247.151	6.423.286	67.353	407.494	72.225	7.217.509
Valor líquido a 31.12.2017	1.842.075	803.209	0	43.832	1.242	2.690.358
Saldo inicial	2.089.225	7.226.495	67.353	451.326	73.467	9.907.866
Aumentos	-	1.071.028	30.482	35.249	2.009	1.138.769
Saldo final	2.089.225	8.297.523	97.835	486.576	75.476	11.046.635
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	247.151	6.423.286	67.353	407.494	72.225	7.217.509
Aumentos	41.785	720.772	2.058	37.869	1.563	804.046
Saldo final	288.935	7.144.057	69.411	445.364	73.788	8.021.555
Valor líquido a 31.12.2018	1.800.290	1.153.465	28.424	41.212	1.688	3.025.079

O maior valor registado no ativo fixo tangível refere-se ao edifício construído no ano 2012, cujo valor de aquisição foi basicamente financiado com subsídio ao investimento, registado em Fundos Patrimoniais pelo Instituto (Nota 19). No exercício de 2018 as aquisições de ativo fixo tangível ascendem a 1.138.769 Euros com um valor de depreciações no ano que ascende a 804.046 Euros.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica “Investimentos financeiros” apresenta o seguinte detalhe:

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos noutras empresas - Participações em sociedades comerciais

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2018)	Valor da participação (31.12.2017)
LTPLABS, Lda.	10.000	10.000
Prewind, Lda.	-	1.875
Ubirider, Lda	100	-
	10.100	11.875

O Conselho de Administração considera que, a 31 de dezembro de 2018, não existem indícios de imparidade relativamente aos investimentos financeiros detidos pelo INESC TEC.

Em março de 2018 o INESC TEC procedeu à venda da participação na Prewind, Lda. Em junho de 2018 foi constituída a Ubirider, Lda com um capital social subscrito e realizado de 1.000 Euros, cuja participação do INESC TEC corresponde a uma quota com o valor nominal de 100 Euros.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos noutras empresas - Participações em associações/Fundações

Nome da empresa	Valor da participação (31.12.2018)	Valor da participação (31.12.2017)
Agência de Energia do Porto	625	625
Fundação AEP	25.000	25.000
Produtech - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável	5.000	5.000
	30.625	30.625

Apesar da ADE Porto, Fundação AEP e Produtech não serem sociedades comerciais, entendeu-se registar na conta investimentos financeiros, dada a importância destas participações para o INESC TEC como associado fundador, existindo a perspetiva que as parcerias com estas entidades gerem benefícios económicos futuros superiores ao valor da participação.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Denominação	Valor do fundo (31.12.2018)	Valor do fundo (31.12.2017)
Fundo de Compensação para o Trabalho	26.770	23.306
	26.770	23.306

Na rubrica “Investimentos Financeiros” constam 26.770 Euros relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2018			31.12.2017			
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Varição
ATIVOS FINANCEIROS							
Créditos a receber	1.749.619	404.789	1.344.830	2.022.236	442.498	1.579.738	(234.907)
Estado e outros entes públicos	588.849	-	588.849	413.293	-	413.293	175.556
Associados	60.645	-	60.645	60.645	-	60.645	-
Outros ativos correntes	9.132.764	-	9.132.764	5.574.315	-	5.574.315	3.558.449
Caixa e depósitos bancários	67.437	-	67.437	1.576.060	-	1.576.060	(1.508.622)
Total	11.599.314	404.789	11.194.525	9.646.548	442.498	9.204.050	1.990.475
PASSIVOS FINANCEIROS							
Fornecedores	720.338	-	720.338	789.220	-	789.220	(68.882)
Estado e outros entes públicos	316.052	-	316.052	187.424	-	187.424	128.628
Financiamentos obtidos	1.024.286	-	1.024.286	-	-	-	1.024.286
Outros passivos correntes	2.509.936	-	2.509.936	2.049.642	-	2.049.642	460.294
Total	4.570.611	-	4.570.611	3.026.286	-	3.026.286	1.544.325

Algumas das rubricas gerais de “Ativos e Passivos Financeiros” apresentam variações consideráveis face ao ano anterior.

Relativamente aos Ativos Financeiros, o seu aumento no exercício de 2018, é fundamentalmente justificado pela evolução da rubrica de “Outros ativos correntes”, que regista um aumento de 3.558.449 Euros devido, sobretudo, às dívidas das entidades financiadoras dos projetos nacionais e europeus. A rubrica “Caixa e depósitos bancários” regista uma diminuição face ao período homólogo devido à escassez de tesouraria verificado no último trimestre do ano. A rubrica de “Créditos a receber” regista uma diminuição do seu saldo resultado de uma estratégia de cobranças mais eficiente.

Quanto aos Passivos Financeiros, a principal variação verifica-se no aumento de 1.024.286 Euros na rubrica “Financiamentos Obtidos” devido à escassez de tesouraria no último trimestre do ano e necessidade de utilização das contas caucionadas.

9. CRÉDITOS A RECEBER

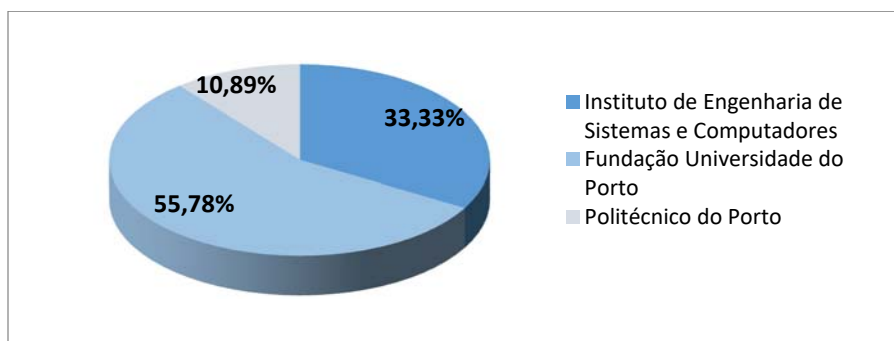
A rubrica “créditos a receber” apresenta o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Créditos a receber		
Rubricas	2018	2017
Clientes conta corrente	1.749.619	2.022.236
Imparidade dívidas a receber	(404.789)	(442.498)
Total	1.344.830	1.579.738

A rubrica “Clientes conta corrente” viu o seu valor reduzido para 1.749.619 Euros. O valor respeitante a “Imparidade dívidas a receber” sofreu uma redução de 37.710 Euros, cifrando-se em 404.789 Euros pela recuperação de dívidas antigas. As imparidades registadas referem-se a um conjunto de dívidas de clientes em mora há mais de 6 meses, deduzidas da recuperação de alguns valores relativos a faturas de anos anteriores.

10. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018, o património associativo tinha a seguinte composição, em valor subscrito e percentagem:



No exercício de 2018 o património associativo ascende a 1.515.000 Euros.

CAPITAL - PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO

Nome do Associado	Valor subscrito	Realizado	%
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	505 000	505 000	33,33%
Fundação Universidade do Porto	845 000	845 000	55,78%
Politécnico do Porto	165 000	165 000	10,89%
	1 515 000	1 515 000	100%

11. PROVISÕES

A rubrica “Provisões” apresenta o seguinte movimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

PROVISÕES			
Rubricas		2018	2017
	Saldo inicial	146.285	146.285
Variação Provisões p/ outros riscos		17.766	-
	Saldo final	164.051	146.285

A variação das provisões para outros riscos e encargos é de 17.766 Euros, resultado na anulação da provisão no valor de 82.234 Euros, constituída em 2015 e à constituição de uma nova no exercício de 2018 no valor de 100.000 Euros.

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Apresenta-se o saldo dos financiamentos bancários a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		
Banco	2018	2017
Médio/Longo Prazo		
Novo Banco	400.000	-
Curto Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	60.000	-
Novo Banco	264.286	-
Banco Santander	300.000	-
Total	1.024.286	-

No decorrer do ano 2018 foi constituído um financiamento de Médio e Longo Prazo de 500.000 euros, com a finalidade de Fundo de Maneio no âmbito da Linha de Crédito Capitalizar, pelo prazo de 48 meses com um período de carência inicial de 3 meses.

Os financiamentos de curto prazo referem-se basicamente a contas caucionadas negociadas em anos anteriores com as referidas entidades.

13. FORNECEDORES

A rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

FORNECEDORES		
Rubricas	2018	2017
Fornecedores conta corrente	494.584	599.969
Fornecedores de investimento	225.754	189.251
Total	720.338	789.220

As rubricas “Fornecedores conta corrente” e “Fornecedores de investimento” apresentam, a 31 de dezembro de 2018, saldos de 494.584 Euros e 225.754 Euros, respetivamente.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” evidencia o seguinte saldo a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Rubricas	2018	2017
Serviços Especializados	2.943.950	2.501.445
Materiais	836.195	789.523
Energia e Fluídos	110.527	104.742
Deslocações e estadas	1.013.928	1.148.509
Serviços Diversos	699.051	716.128
Total	5.603.651	5.260.347

O aumento na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” no ano 2018, face ao ano 2017, deve-se ao aumento da atividade do INESC TEC e consequente aumento das compras e contratação de serviços para execução de projetos.

15. GASTOS COM O PESSOAL

Apresenta-se o quadro global dos indicadores de Recursos Humanos ativos em 31 de dezembro de 2018, com um total de 1.199 colaboradores com os seguintes tipos de ligação: docentes, contratados, bolseiros e estagiários. A tabela a seguir apresentada, para além da divisão dos tipos de ligação na estrutura organizativa, contempla também o ciclo de estudos, o género e a nacionalidade de cada colaborador.

Estrutura Organizativa Interna		Tipo de Ligação														
		Recursos Humanos Integrados									Estagiários Curriculares	Investigadores Colaboradores Externos	Estrutura Externos	Estudantes Externos	Total Global	
		Investigadores Efetivos				Estrutura (Central e Local)			Investigadores Afiliados	Total Integrados						
		Contratados	Docentes Ensino Superior	Bolseiros e Estagiários	Total I&D	Contratados	Bolseiros e Estagiários	Total Estrutura								
I&D	Centros INESC TEC	102	155	418	675	17	4	21	68	764	15	175	10	120	1084	
	Projetos Especiais	0	0	0	0	4	2	6	0	6	0	5	0	0	11	
	Total I&D	102	155	418	675	21	6	27	68	770	15	180	10	120	1095	
Estrutura Central	Administração Alargada	1	9	0	10	8	0	8	2	20	0	0	0	0	20	
	Serviços de Apoio	1	0	1	2	49	7	56	0	58	0	23	2	1	84	
	Total Estrutura Central	2	9	1	12	57	7	64	70	78	0	23	2	1	104	
Total Global		104	164	419	687	78	13	91	70	848	15	203	12	121	1199	
Habilitações Académicas		3º Ciclo	56	158	55	269	4	0	4	66	339	0	148	0	0	487
		2º Ciclo	44	6	283	333	48	11	59	4	396	10	48	9	55	518
		1º Ciclo	2	0	61	63	7	1	8	0	71	4	7	0	47	129
		Outros Níveis	2	0	20	22	19	1	20	0	42	1	0	3	19	65
Formação em Curso		3º Ciclo	11	2	150	163	5	2	7	4	174	9	22	0	51	256
Género		Masculino	84	137	323	544	32	3	35	60	639	12	146	6	76	879
		Feminino	20	27	96	143	46	10	56	10	209	3	57	6	45	320
Nacionalidade		Portuguesa	96	164	365	625	78	12	90	66	781	13	145	12	89	1040
		UE/EEE/Suíça	3	0	6	9	0	0	0	1	10	0	13	0	4	27
		Brasileira	1	0	23	24	0	1	1	0	25	2	33	0	13	73
		Outra	4	0	25	29	0	0	0	3	32	0	12	0	15	59

A seguir apresenta-se um quadro resumo do número de colaboradores por tipo de ligação:

			nº de colaboradores	
Tipo de Ligação			2018	2017
RH Integrados	I&D	Contratados	102	73
		Docentes Ensino Superior	155	211
		Bolseiros e Estagiários	418	450
	Estrutura	Contratados	80	67
		Bolseiros e Estagiários	23	22
	Investigadores Afiliados		70	64
	Total RH integrados		848	887
Investigadores Colaboradores Externos			203	113
Estrutura externos			12	10
Estagiários Curriculares			15	26
Estudantes Externos			121	104
Total Global			1199	1140

A 31 de dezembro de 2018, o Instituto conta com um total de 1.199 colaboradores, sendo 848 RH integrados e 351 RH externos, nomeadamente, investigadores colaboradores, estagiários e estudantes. Com um vínculo de integrado destacam-se 182 contratados, 155 Docentes do Ensino Superior, 441 Bolseiros e Estagiários de I&D e Estrutura.

Os gastos com pessoal, a seguir apresentados, dizem essencialmente respeito a contratados, bolseiros e estagiários, e correspondem à totalidade dos encargos. Face ao período homólogo verifica-se um acréscimo no número de colaboradores essencialmente o aumento do número de Contratados e Bolseiros de I&D.

Rubricas	2018	2017
Ordenados	4.111.875	3.351.897
Subsídio Férias	355.424	329.239
Subsídio Natal	336.301	281.646
Subsídio Refeição	259.785	217.200
Encargos Segurança Social		
<i>Contratados</i>	1.059.822	884.649
<i>Bolseiros</i>	165.380	159.523
<i>Fundo Garantia Comp. Trabalho</i>	1.155	1.094
Seguros		
<i>Acidentes profissionais</i>	28.242	23.653
<i>Saúde</i>	49.409	44.483
Medicina Trabalho	1.560	6.600
Prémios	303.000	100.000
Bolsas	3.806.886	4.007.441
Total	10.478.838	9.407.426

A rubrica “Gastos com o pessoal” ascende aos 10.478.838 Euros, refletindo um aumento face ao ano transato, devido maioritariamente às rubricas de “Ordenados” e “Prémios”.

16. GASTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os gastos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ocorreram como a seguir se apresenta:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO		
Rubricas	2018	2017
Juros suportados	9.840	13.073
Diferenças de câmbio	8.857	7.520
Outros gastos e perdas de financiamento	16.622	18.722
Serviços bancários	16.472	18.359
Garantias bancárias	150	363
Total	35.319	39.315

Os juros suportados de 9.840 Euros respeitam ao financiamento de tesouraria, registando-se um decréscimo dos mesmos face a 2017 em virtude da renegociação dos spreads. Os serviços bancários apresentam um valor inferior a 2017, cifrando-se em 16.622 Euros.

JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Rubricas	2018	2017
Juros recebidos	35	323
Dividendos obtidos	2.700	-
Diferenças de câmbio	9.011	5.921
Outros rendimentos financeiros	19	620
Total	11.764	6.864

Na rubrica “Dividendos obtidos”, o montante 2.700 Euros refere-se à distribuição de dividendos da participada LTP Labs, SA..

17. CONTINGÊNCIAS (GARANTIAS)

Em 31 de dezembro de 2018, tinham sido prestadas garantias bancárias por conta do Instituto como segue:

GARANTIAS BANCÁRIAS

Beneficiário	Valor	Banco emissor	Motivo de garantia
Camara Municipal da Maia	3.683	MBCP	5% preço contratual

18. PARTES RELACIONADAS

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as suas partes relacionadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

PARTES RELACIONADAS

	Nome da Empresa	Cliente	Fornecedor e outras contas a pagar
		Conta corrente	Conta corrente
2018	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	-	21.665
	Universidade do Porto	73.139	52.681
	Saldo a 31.12.2018	73.139	74.346
2017	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	10.918	6.954
	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	27.867	573
	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	-	2.321
	Politécnico do Porto	-	15.025
	Saldo a 31.12.2017	38.785	24.873

Pelas transações efetuadas entre o INESC TEC e as empresas participadas, apresentam-se os seguintes saldos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Nome da Empresa		Empréstimos Participadas	Fornecedor
		Saldo devedor	Conta corrente
2018	INESC P&D Brasil	60.645	-
	Produtech	-	1.683
	Saldo a 31.12.2018	60.645	1.683
2017	INESC P&D Brasil	60.645	-
	Produtech	-	19.640
	Saldo a 31.12.2017	60.645	19.640

O montante de 60.645 Euros, refere-se a um contrato de mútuo de 11.769 Euros celebrado com o INESC P&D Brasil para fazer face à fase inicial de atividade e a um contrato de cessão de créditos no valor de 48.876 Euros, celebrado com a mesma entidade. O Conselho de Administração considera que o valor a receber do INESC P&D Brasil será integralmente recuperável.

19. RENDIMENTOS

A rubrica “Rendimentos” apresenta a seguinte decomposição a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

RENDIMENTOS		
Rubricas	2018	2017
Serviços de Consultoria de I&D	3.215.450	3.153.733
Subsídios à Exploração	13.101.137	12.273.271
<i>Subsídios do Estado</i>	8.600.209	8.306.887
<i>Subsídios de Outras Entidades</i>	4.500.928	3.966.384
Outros rendimentos	910.295	673.645
Imputação Subsídio ao Investimento	671.483	627.236
Outros	238.812	46.409

Os “Subsídios à Exploração” no montante de 13.101.137 Euros e os “Serviços de Consultoria de I&D” no valor de 3.215.450 Euros constituem os principais rendimentos da atividade do INESC TEC. Destacam-se os subsídios à exploração que sofreram um forte acréscimo face a 2017, bem como a atividade de Consultoria de I&D que apresenta um pequeno acréscimo face ao período homólogo. A rubrica “Outros” regista um prémio recebido da Prize Foundation e valores de patrocínios para conferências organizadas pelo INESC TEC. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Subsídio ao Investimento” registou o seguinte movimento:

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	2018	2017
Saldo inicial	2.781.930	2.612.496
Subsídios atribuídos	1.040.603	796.669
Rendimentos reconhecidos	(671.483)	(627.236)
Saldo final	3.151.050	2.781.930

Do saldo final do subsídio ao investimento em 31 de dezembro de 2018 no valor de 3.151.050 Euros, cerca de 1.689.120 Euros referem-se a investimento que ainda não foi recebido (ver nota 5). Durante o exercício, como evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa foram recebidos 284.469 Euros.

20. OUTROS GASTOS

A rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Rubricas	2018	2017
Outros Gastos	428.882	501.229
Impostos	945	930
Taxas	18.798	354
Gastos e perdas de investimentos financeiros	-	51.713
Patrocínios	400	6.644
Quotizações	80.592	59.861
Inscrição em cursos	17.055	15.915
Reuniões e conferências	304.508	335.919
Multas fiscais	-	113
Outros	6.584	29.779

As rubricas “Reuniões e conferências” e “Inscrições em cursos” com os montantes de 304.508 Euros e 17.055 Euros, respetivamente, representam os principais gastos para o ano 2018, fundamentais nas ações de disseminação dos projetos.

A rubrica “Taxas” no valor de 18.798 Euros, refere-se a taxas oficiais de depósitos de pedidos de patentes. As “Quotizações” no valor de 80.592 Euros referem-se à participação do INESC TEC em associações nacionais e internacionais relevantes para a atividade.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha o seguinte saldo:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
ATIVO	2018	2017
Imposto sobre o Valor Acrescentado	588.849	413.293
	588.849	413.293
PASSIVO	2018	2017
Imposto sobre o Valor Acrescentado	46	46
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - Retenção na Fonte	168.575	76.447
Contribuições para a Segurança Social	145.306	108.715
Fundos Compensação do Trabalho	2.124	2.216
	316.052	187.424

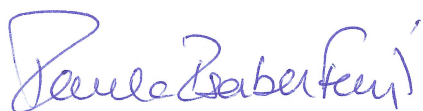
Nesta rubrica estão refletidos os saldos das contas “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares”, “Contribuições para a Segurança Social” e “Fundos de Compensação do Trabalho” que respeitam aos valores processados no mês de dezembro de 2018, a liquidar apenas em janeiro de 2019.

À data de 31 de dezembro de 2018, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

22. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



Paula Isabel Faria (CC n.º 37425)

A Administração do INESC TEC



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Associados do
INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência**

No cumprimento do mandato que V. Exas. lhe conferiram e no desempenho das suas atribuições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018 do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência ("INESC TEC"), apresentados oportunamente pelo Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC TEC, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do INESC TEC as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão efetuado pelo Revisor Oficial de Contas (Vogal do Conselho Fiscal), foi emitida nesta data o Relatório de Auditoria, ao qual demos a nossa concordância, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que não inclui qualquer reserva.

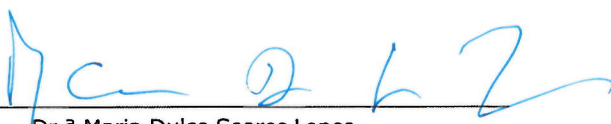
Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Conselho Geral de Associados.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do INESC TEC o nosso apreço pela colaboração prestada.

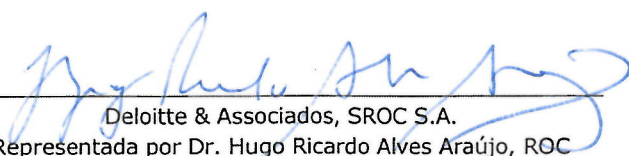
Porto, 3 de maio de 2019



Dr. Abel dos Santos Alves
Presidente



Dr.ª Maria Dulce Soares Lopes
Vogal



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Dr. Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Vogal

**INESC TEC – Instituto de Engenharia
de Sistemas e Computadores,
Tecnologia e Ciência**

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2018 acompanhadas do
Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 14.414.804 euros e fundos patrimoniais de 4.894.209 euros, incluindo um resultado líquido de 24.208 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC TEC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

No exercício findo a 31 de dezembro de 2018, a rubrica do Balanço “Outros ativos correntes” da Entidade, que apresenta um montante de, aproximadamente, 9,1 milhões de Euros, registou um aumento significativo (de, aproximadamente, 3,6 milhões de Euros) face ao exercício homólogo (Notas 5 e 8 do Anexo às demonstrações financeiras). A rubrica em causa, como explicitado na Nota 5 do referido Anexo é composta, fundamentalmente, por acréscimos de rendimentos associados a projetos subsidiados e contas a receber relativas a Subsídios ao Investimento obtidos, parte significativa dos quais já recebido à data deste Relatório. Face ao exposto, a evolução da atividade da Entidade encontra-se influenciada e dependerá da realização dos referidos ativos. A nossa opinião não é modificada por esta matéria.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

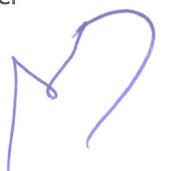
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

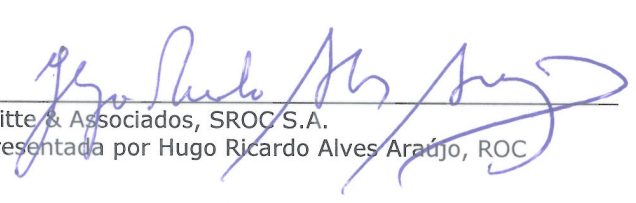
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Porto, 3 de maio de 2019


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC